

Militantes contra a tortura ganham rosas

Rio - Integrantes da cúpula da Polícia Civil distribuíram rosas brancas a militantes do movimento Tortura Nunca Mais, ontem, Dia Internacional dos Direitos Humanos. O ato, porém, estava longe de significar uma confraternização. Os militantes estavam reunidos em frente ao antigo prédio da Polícia Civil onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no centro do Rio, para protestar contra o projeto de transformar as instalações em um Museu da Polícia. "Queremos que esse lugar seja um centro para estudos da História recente do País", afirmou a diretora do Tortura Nunca Mais, Maria Dolores Perez Conzalez. "O arquivo do Estado poderia vir para cá, já que está precariamente instalado", recomendou.

A polêmica começou no mês passado, quando a Polícia Civil tomou a iniciativa de restaurar o prédio onde presos políticos foram torturados tanto na década de 30, nos tempos de Getúlio Vargas, quanto na de 70, do regime militar. Ontem o que mais indignou os militantes foram as faixas amarelas penduradas ao redor do prédio com os dizeres "Em defesa dos direitos humanos. Este prédio é nosso". Quem

assinava as faixas era Polícia Civil. "Isso é provocação", reagiu a presidente do Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra. "Fiquei presa aqui e me indignou ver a polícia usando nosso slogan".

Cerca de 30 militantes participaram da manifestação quando aproximadamente 20 policiais chegaram com rosas brancas nas mãos. "Não sou contra termos no prédio arquivos sobre a ditadura", afirmou o chefe de Polícia Civil, delegado Carlos Alberto d'Oliveira. "Erros como a tortura não podem se repetir". Segundo ele, a polícia não se opõe à criação de um centro de estudos de História ou à instalação do arquivo do Estado. Só não abre mão de que o local, ainda usado pela polícia, seja administrado pela instituição.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio, o deputado Chico Alencar (PT) participou da manifestação e propôs, em discurso, que o local poderia vir a ser administrado por um conselho. "O local é público e é possível se negociar para se chegar a um bom termo", afirmou o deputado. "O fato é que nenhum campo de concentração é administrado pelo Exército ou por partidos nazistas", observou.